

Turismo Ecológico em Contexto Insular Africano: O Caso de São Tomé e Príncipe

BRÍGIDA ROCHA BRITO * [brigidabrito@netcabo.pt]

Resumo | São Tomé e Príncipe é um Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento (PEID), que apresenta potencialidades para a prática ecoturística, sendo dotado de património ambiental, de flora e fauna, diversificado, caracterizando-se, ainda, pela sua especificidade sociocultural. A partir de 2000, a opção estratégica nacional de incremento do sector recaiu sobre o segmento ecológico, valorizando-se o protagonismo misto sob orientação estatal e adquirindo importância o nível local de intervenção.

No presente artigo, procura-se analisar a importância do turismo alternativo, em contexto insular africano, enquanto promotor de envolvimento comunitário e de preservação ambiental, estimulando o desenvolvimento local.

Palavras-chave | Desenvolvimento, Turismo Ecológico, *Empowerment*, Sustentabilidade, Insularidade.

Abstract | Sao Tome and Principe is a Small Island Developing State (SIDS) that presents potentialities for the ecotourism practice. It is endowed with a diversified environmental patrimony, in forestland and aquatic context, concerning floral and animal species, and characterized by specific sociocultural traits. After 2000, the national strategic option for the tourism improvement converged on the ecological segment, valuating the mixed protagonism under the state orientation where the local intervention level acquired importance.

In the present text I propose to analyse the relevance of the alternative tourism promoting local development in african insular context, based on the communitary enveloping and evidencing care with the environmental preservation.

Keywords | Development, Ecological Tourism, Empowerment, Sustainability, Insularity.

* **Doutorada em Estudos Africanos** pelo ISCTE, **Investigadora** do Centro de Estudos Africanos e Socióloga e **Bolseira** da Fundação para a Ciência e Tecnologia no âmbito do Pós Doutoramento.

1. Introdução

Ao longo do tempo, o desenvolvimento, em contexto africano, tem sido entendido como um processo marcado por contingências várias de natureza estrutural, decorrentes de um conjunto de factores, como o percurso histórico, as características geográficas e climáticas, o perfil sociodemográfico, o envelhecimento dos sectores produtivos tradicionais e a ausência de modernização. Estes traços, vulgarmente entendidos como condicionantes e limitadores da mudança, são sentidos de forma agravada em contexto insular, já que estas realidades sofrem os efeitos do *Síndrome dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento*, que se traduz em insularidade, dimensão, distância em relação aos principais centros internacionais e isolamento. Em muitos PEID¹, o turismo tem sido um sector privilegiado na promoção da mudança socio-económica e da modernização da estrutura produtiva, resultando na redução dos principais problemas.

Nas regiões insulares dotadas de diversidade paisagística, florestal e marinha, e ricas em biodiversidade de fauna e flora, o incentivo do turismo alternativo, ambientalmente enquadrado, adquire expressão, podendo tornar-se na estratégia nacional de desenvolvimento. Este é o caso de São Tomé e Príncipe (STP), que, no ano 2000, adoptou, formalmente, a Estratégia Nacional do Ecoturismo, procurando implementar um conjunto de medidas inter-relacionadas.

A investigação² que deu origem ao presente texto foi prosseguida com base em critérios metodológicos definidos, tendo como principal objectivo a apresentação de um contributo, no sentido de repensar a relação entre a promoção dos produtos turísticos alternativos, o desenvolvimento e a mudança social, fundamentada no envolvimento das populações locais e na preservação ambiental, com um princípio de sustentabilidade.

Do ponto de vista epistemológico, face às características do país e do tema em estudo, foi valorizada a interdisciplinaridade analítica, pela possibilidade de reunir contributos das áreas

científicas privilegiadas, entendidos como uma mais-valia para o estudo.

A metodologia adoptada foi o estudo de caso, conjugando-se técnicas de recolha e de tratamento de informação complementares³, com prioridade para a análise qualitativa, opção justificada (Bell, 1997: 22) por ser a mais adequada aos objectivos da pesquisa⁴, viabilizando a inclusão da totalidade das iniciativas de turismo ecológico em funcionamento e projectadas, a recolha sistemática e permanente de informação permitindo o estabelecimento de relações entre variáveis contextuais e explicativas, e proporcionando o aprofundamento analítico.

De forma complementar, e com um carácter de continuidade, foi prosseguida a técnica da observação directa, com participação nas actividades promovidas, o que permitiu contactar não só com os diferentes actores envolvidos – turistas, promotores e operadores turísticos e representantes de grupos comunitários e institucionais –, mas também com o meio natural. As iniciativas⁵ apresentadas dizem

¹ Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID) ou *Small Island Developing States* (SIDS).

² O presente artigo resulta da tese de doutoramento “Turismo Ecológico: uma Via para o Desenvolvimento Sustentável em São Tomé e Príncipe” (ISCTE), orientada pelo Prof. Doutor Rogério Roque Amaro, financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio, e defendida em 2005.

³ Foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica e documental com um carácter intensivo, elaborado um diário de pesquisa, realizadas entrevistas exploratórias e estabelecidos contactos informais com informantes privilegiados. Foi ainda negociada a pesquisa com os interlocutores, tendo-se realizado 23 entrevistas semidirectivas a actores socioeconómicos e políticos: cinco a representantes do Estado, doze a promotores de iniciativas e seis a representantes dos grupos comunitários, aplicados 127 questionários aos participantes das actividades e desenvolvida a técnica da observação directa.

⁴ Foi prosseguida a pesquisa bibliográfica, documental e estatística para fundamentação, enquadramento e caracterização, e adoptado um múltiplo registo de informação, com um carácter sistemático.

⁵ A investigação incluiu, além das iniciativas apresentadas, um projecto de turismo balnear, no Ilhéu das Rolas, uma iniciativa de turismo de aventura, “Latitude Zero *Equatorial Challenge*”, e actividades informais, promovidas pelos Grupos “Trilhos da Gravana” e “Caminhadas e Descoberta em São Tomé e Príncipe”.

respeito a cinco projectos integrados de agroturismo com alojamento⁶.

Em STP, o turismo é um sector que se encontra em fase de implementação, evidenciando traços marginais, do ponto de vista económico, tanto no que respeita ao número de chegadas de turistas internacionais (7.137 visitantes estrangeiros, em 2000) como às receitas geradas (2 milhões de dólares EUA, em 2000), não sendo condicionado pela sazonalidade e evidenciando uma limitada capacidade de oferta (495 camas, em 2000, na ilha de São Tomé, cf. www.ine.st) e uma reduzida taxa de ocupação das unidades de alojamento, não atingindo 60%, em Agosto de 2000, mês que evidencia uma maior relevância (PNUD, 2001), o que determina o número de iniciativas enquadráveis no estudo.

2. Breve referência às abordagens alternativas do desenvolvimento

Ao longo dos tempos, o conceito de “desenvolvimento” tem sido objecto de diferentes abordagens, dando origem a uma diversidade de Escolas e paradigmas de referência.

A problemática surgiu associada ao ideal economicista, caracteristicamente unidimensional, dependente do crescimento económico e de conceitos, tais como o quantitativismo, o industrialismo, o produtivismo e o consumismo. As perspectivas convencionais entraram em falência, originando uma progressiva valorização de variáveis de natureza humana, sociocultural e ambiental, vulgarmente denominadas de alternativas, porque não convencionais.

As abordagens alternativas concebem o desenvolvimento com base em dimensões anteriormente não consideradas de forma explícita,

tais como: a comunitária, fundamentada na participação das populações locais e no seu envolvimento no processo de mudança, tanto através da prossecução de acções individuais como de grupos ou instituições; o *empowerment*, pela valorização das capacidades reconhecidas às populações locais, no que respeita à programação, decisão e desenvolvimento de actividades; e as novas referências territoriais, que evidenciam a localidade, também denominada por dimensão local, enquanto complemento do papel tradicionalmente atribuído ao Estado.

O principal contributo das abordagens alternativas diz respeito ao protagonismo atribuído às aldeias comunitárias (Silva, 1999: 498), no sentido da promoção da melhoria das condições de vida socioeconómicas e relacionadas com o bem-estar social e a satisfação das necessidades básicas, a cultura, a equidade, a justiça e a segurança, entre outras (DHF, 1982: 13; Amaro, 2003).

A dimensão local foi, principalmente, valorizada após a década de 80 (Syrett, 1995: 1-4), considerando-se que os problemas endógenos, sentidos a nível comunitário, podiam ser minimizados, desde que fossem respeitados três princípios básicos (Korten, 1992: 61): a justiça equitativa, como forma de assegurar os padrões mínimos de condições de vida; a sustentabilidade, no sentido da utilização racional dos recursos, tanto no presente como no futuro; e a inclusividade, pela pertença a um grupo, reconhecendo a capacidade de intervenção no processo de mudança.

O desenvolvimento de base local pode ser definido como o “processo de mudança, centrado numa comunidade territorial, que parte da constatação de necessidades não satisfeitas, às quais se procura responder prioritariamente a partir das capacidades locais, o que pressupõe uma lógica e uma pedagogia de participação, em articulação necessária e fertilizadora com recursos exógenos, numa perspectiva integrada e integradora, o que implica uma dinâmica de trabalho em parceria, com um impacto tendencial em toda a comunidade e com

⁶ Roças de Bombaim, Chamiço, Colónia Açoreana, Monte Forte e S. João.

uma grande diversidade de caminhos, protagonistas e soluções” (Amaro, 1999: 38).

De forma associada às análises baseadas na localidade, surge a abordagem participativa, evidenciando os três princípios apresentados por Korten (1992: 61), e já referidos, considerando a população como o actor privilegiado do processo de mudança (Friedmann, 1992: 4), promovendo as condições necessárias e incentivando o seu envolvimento directo, motivado e responsável.

A mobilização das capacidades comunitárias e a dinamização da localidade, com o objectivo da prossecução de medidas integradas e inovadoras de mudança, são dos principais contributos das concepções participativas, podendo falar-se em desenvolvimento centrado na população, já que o empenho, o envolvimento, a importância atribuída aos recursos e à produção local, destinada ao auto-consumo e à satisfação das necessidades, são entendidos como factores prioritários. Esta estratégia fundamenta-se na identificação, no reconhecimento e reforço identitário e na partilha de objectivos, reflectindo o sentimento de pertença.

Do ponto de vista estratégico, o desenvolvimento participativo apresenta vantagens (Amaro, 1991), tais como a proximidade em relação aos problemas, permitindo uma correcta identificação das necessidades e dos meios adequados para a sua resolução, a mobilização de capacidades locais e a possibilidade de reforçar parcerias entre diferentes actores envolvidos.

Em termos estratégicos, as abordagens alternativas viabilizaram a emergência de novas propostas, adaptadas às realidades, fundamentadas em medidas sectoriais, partindo da identificação de prioridades, nas características locais (Amaro, 1999; Moreno, 2002) e no reconhecimento das capacidades das populações locais em protagonizar a mudança.

No quadro das abordagens alternativas, as preocupações ambientalistas adquiriram importância, dando origem aos conceitos de “ecodesenvolvimento” e, em particular, de desenvolvimento

sustentável (Sachs, 1986), divulgado e repensado em encontros internacionais e nos documentos deles resultantes: “Declaração de Nairobi” (1982); “Relatório Brundtland” (1987); “Agenda 21”, adoptada na “Cimeira da Terra” (1992); “Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável” (2002) e a “Década para Educação para o Desenvolvimento Sustentável 2005-2014”.

O “ecodesenvolvimento” (Sachs, 1986) prevê a utilização racional e controlada de recursos, traduzindo preocupações tendentes à redução de desperdícios e à minimização dos efeitos decorrentes da degradação ambiental. A adopção estratégica de um *self-reliance* é entendida como determinante, por conduzir à sustentabilidade (Moreno, 2002: 145; Davis, 1999).

Um dos principais contributos das abordagens ecológicas reside na importância atribuída à salvaguarda do desenvolvimento futuro, levantando pistas de reflexão, respeitantes aos efeitos decorrentes do ideal de rápido crescimento, atendendo à dependência de toda a actividade humana relativamente ao meio ambiente (Comissão Mundial do Ambiente e do Desenvolvimento, 1987: 12). Assim, o conceito foi definido a partir da conjugação de diferentes dimensões (Harris, 2001), tais como a humana, a sociodemográfica, a económica, a ambiental e a política, reunindo o processo de mudança três dimensões: a equidade económica, o equilíbrio ambiental e a harmonia social (Chaves, 1994: 107; Moreno, 2002: 154).

3. Turismo Ecológico: uma nova forma de Turismo

A actividade turística tem sido objecto de estudos, dando origem a abordagens em função da ideologia dominante, das tendências e das variações do fenómeno, a nível internacional, nacional, regional ou local, bem como das motivações da procura.

O turismo (Joaquim, 1997: 75) é um fenómeno social de origem recente, caracterizado por traços particulares (Baptista, 1990; Lanfant, 1991): é um fenómeno social que implica a deslocação temporária, sem alteração do local de residência, com motivações não económicas e particularmente relacionadas com o lazer, pressupondo a descoberta de elementos valorativos e culturais e, ainda, o contacto com o meio natural envolvente.

A prática turística pode ser caracterizada com base em três grandes tendências históricas: a elitista; a massificada, resultando na democratização do turismo (Joaquim, 1994: 42), com valorização dos destinos balneares, possível pela vulgarização da acessibilidade a férias fora do local de residência habitual, com oferta padronizada, a baixos custos e sem preocupação explícita de preservação ambiental ou cultural; e a personalizada, com diversificação das práticas, em função da motivação⁷ do viajante, das características do destino e do orçamento disponível.

O turismo adquiriu uma importância crescente, enquanto meio potencial de dinamização económica, modernização de infra-estruturas, criação de novos postos de trabalho e requalificação da mão-de-obra, podendo ser considerado como o pólo de atracção do desenvolvimento socioeconómico, já que gera receitas, permitindo retê-las; incentiva sectores económicos de actividade que lhe são complementares, tais como o agropecuário, as pescas, a indústria, o comércio e os serviços; e requer uma atenção permanente em relação aos meios envolventes, natural e sociocultural.

Assim, é um sector que contribui para a valorização sociocultural, económica e ambiental. Sociocultural, por promover a divulgação da cultura popular, no que respeita a práticas e formas de

expressão artística tradicionais, fundamentadas na tradição oral e, em muitas situações, ameaçadas de perda, mas ainda da preservação patrimonial, histórica e arquitectónica. Económica, pela capacidade de dinamizar actividades produtivas complementares, criando postos de trabalho e melhorando as condições de vida e de trabalho da população activa, bem como através da retenção de divisas, valorizando o investimento produtivo e a revitalização do tecido empresarial. Ambiental, ao criar condições para que a preservação do meio e a protecção de espécies se efective, criando áreas protegidas e reservas naturais.

As "Novas Formas de Turismo" (NFT) resultaram de um conjunto de alterações internacionais, ao nível político, económico, ambiental e sociocultural, sentidas após a década de 80. A nova abordagem resultou da Conferência de Manila (Joaquim, 1997: 75) e da filosofia que lhe esteve associada: preservação ambiental, ecológica e patrimonial, associada à optimização dos recursos turísticos, naturais e paisagísticos, arquitectónicos, históricos e culturais.

Após a Conferência de Manila, foi valorizada uma nova terminologia, opondo, de forma valorativa, categorias tipológicas, nomeadamente o "antigo turismo", característico da massificação, e o "novo turismo", marcado por uma atitude responsável e positiva, em relação ao ambiente e à cultura, por parte dos diferentes actores envolvidos.

As NFT resultam da articulação entre três dimensões, perspectivadas com uma base equitativa: por um lado, o turista, por outro, as comunidades locais, por fim, a natureza, o que implica uma atitude de co-responsabilização, no sentido da preservação ambiental e cultural, de forma partilhada pelos diferentes actores envolvidos. Assim, não se particularizam pelas características do destino, mas, antes, pelo comportamento do viajante na relação com o meio natural, social, cultural e histórico, centrando-se a oferta em produtos personalizados.

O turismo alternativo valoriza as especificidades, o tradicional e o histórico, símbolos de uma "autenti-

⁷ As motivações dos turistas (Pearce, 1993: 36-40) distinguem-se pelo gosto da descoberta, "*wanderlust*", ou pelo gosto do sol, "*sunlust*", respeitando a primeira à apetência pelas viagens, independentemente da época do ano, procurando traços culturais, instituições, particularidades físicas e ambientais, enquanto que o gosto pelo sol tem um carácter sazonal, sendo o objectivo o usufruto dos recursos naturais heliotrópicos.

cidade procurada” pelo turista (McCannel, 1973), mas não encontrada na totalidade, considerada perdida nos países de origem, na procura do “ideal do retorno” (Lanquar, 1985), conotada com a identidade cultural das comunidades de acolhimento. McCannel (1973) distingue as “regiões de fachada” das “regiões de bastidores”, sendo as primeiras recriadas com base na representação de situações reais, e as segundas genuínas, fazendo parte do quotidiano das comunidades locais (Fortuna, 1996: 10). Na maioria das vezes, o turista não distingue as situações, ao contactar com a “autenticidade encenada” (Joaquim, 1997: 81), porque a entende como real.

No que respeita às principais características das NFT (Weaver citado por Vieira, 1997: 42), pode dizer-se que são: geograficamente dispersas, podendo implementar-se tanto em meio costeiro ou balnear como rural; caracterizam-se pela baixa densidade e pelo controle dos impactos; os empreendimentos são de pequena escala e propriedade familiar; o mercado é limitado e o volume de negócios baixo, não se identificando tendências dominantes; fundamentam-se no ambiente; e permitem o desenvolvimento de actividades de contacto com a envolvente. O funcionamento não depende da sazonalidade, sendo um segmento económico suplementar, fundamentado noutros sectores produtivos que o garantem, reduzindo o recurso a mecanismos internacionais de abastecimento. Os benefícios económicos obtidos são retidos localmente, podendo viabilizar futuros investimentos.

O turismo pode ser classificado (García, 1997: 41) em função das características do destino e com base num critério triplo: as particularidades ambientais; os elementos fabricados pelo homem, como museus, edifícios históricos, monumentos, cidades e ruínas; e a hospitalidade, quando o traço mais valorizado respeita às relações interpessoais estabelecidas com as populações locais.

Actualmente, as práticas turísticas apresentam diversificação, sendo possível a coexistência de

diferentes formas. No estudo, foi privilegiada a categoria do “Turismo de Natureza, Ecológico e Rural” (Vieira, 1997: 49), justificada pelo contacto com o ambiente, associando lazer e distração a descanso e aprendizagem cultural e etnográfica.

Os viajantes podem ser classificados com base num triplo critério, apresentado e desenvolvido por Pearce (1993: 25) e por Ruschmann (1997: 94), identificando-se três categorias tipológicas principais:

1. Psicocêntrico ou autocentrado, ou seja, o que procura ambientes familiares que lhe permitem desenvolver actividades habituais, associando as vantagens dos destinos heliotrópicos à diversão e à desconstracção, favorecendo a mudança de ambiente com padrões de conforto ocidentais.
2. Mesocêntrico, isto é, o que valoriza o meio, sendo as viagens organizadas e as actividades programadas, recorrendo a empreendimentos de larga escala.
3. Alocêntrico, ou seja, o que privilegia destinos pouco conhecidos, que lhe transmitem a sensação de descoberta e exploração pelo prazer da novidade e da diferença, contactando directamente com o ambiente, as populações e as culturas, sendo o alojamento de pequena ou média dimensão, com exploração local.

Para as populações locais, os benefícios das NFT podem ser classificados, de forma global, em sociais, económicos e culturais. Os primeiros respeitam à possibilidade das comunidades melhorarem as condições de vida; os económicos relacionam-se com a capacidade de dinamizar a actividade produtiva; e os culturais referem-se à promoção da cultura, do património e da História. O turismo, no geral, e as NFT, em particular, são dotados de um efeito dinamizador (Valls, 1996), já que contribuem para o incentivo de outros sectores produtivos. Por um lado, representam um estímulo para os sectores produtivos próximos, que o fundamentam, tais como a construção civil e obras públicas, o mobiliário, o comércio, as infra-estruturas, os

transportes, a agropecuária, as pescas, o artesanato e a animação. Por outro lado, caracterizam-se por um efeito difusor, gerando benefícios sob a forma de rendimentos complementares.

As NFT influenciam as comunidades locais, tanto ao nível macrossocial (García, 1997: 77), por provocarem transformações socioculturais e económicas, como microsocial, pelos efeitos imediatos de interacção entre os actores envolvidos, evidenciando-se impactos nos diferentes meios considerados: ambiental, sociocultural e económico.

Para a economia dos destinos turísticos, as NFT reflectem-se positivamente (Valls, 1996: 42; OMT, 1999: 30), já que favorecem a criação de emprego, a reconversão de postos de trabalho e a qualificação profissional, independentemente do género, da idade e da origem étnica; permitem a revitalização do tecido empresarial local, gerando e retendo lucros; viabilizam a cobrança de impostos, como forma de auxiliar o financiamento da melhoria de infra-estruturas e equipamentos sociais; induzem o desenvolvimento de outros sectores produtivos, como a agropecuária, as pescas, o sector extractivo, a construção civil e obras públicas, os transportes, a produção têxtil, o mobiliário e o artesanato; e contribuem para a redução das assimetrias regionais.

A expressão NFT conduz, ainda, ao conceito de Turismo Sustentável (Cunha, 1997: 198), consagrado na "Carta do Turismo Sustentável", ao defender que o incremento do sector deve ser fundamentado num conjunto de critérios promotores de sustentabilidade, que coincidem com os princípios inerentes à mesma: ser economicamente viável e sectorialmente integrado; garantir o bem-estar ecológico, a

longo prazo; e ser socialmente equitativo. Também a este nível, as preocupações evidenciadas na "Carta do Turismo Sustentável" procuram uma crescente responsabilização de três actores principais: o turista, os profissionais do sector, considerados como um dos principais promotores da actividade, as comunidades locais, beneficiárias privilegiadas da dinamização turística, e um dos seus protagonistas.

O turismo sustentável procura promover o desenvolvimento com um carácter de continuidade (OMT, 1999: 9-22), optimizando recursos e promovendo a melhoria da qualidade ambiental. O desenvolvimento turístico sustentável pode ser definido como o que privilegia a satisfação das necessidades dos turistas e das comunidades de acolhimento, protegendo e fomentando as potencialidades a valorizar no futuro.

4. São Tomé e Príncipe, um Micro-Estado Insular

STP é um Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento (PEID)⁸ com 1.001km², geograficamente referenciado no continente africano, na sub-região da África Central, no Golfo da Guiné, junto à linha do Equador.

O clima é tropical húmido, com duas estações principais, "chuvas" e "gravana", não se registando, ao longo do ano, amplitudes térmicas significativas, apesar da pluviosidade ser abundante (PNUD, 2001: 2). As ilhas são de origem vulcânica, com marcados acidentes de relevo, evidenciados por inúmeros cursos de água (PNUD, 1998: 10), predominando os picos e as grandes elevações montanhosas⁹, intercalados por vales, baías e praias. A vegetação é abundante e diversificada, com destaque para a mancha florestal do Parque Natural Obô (Obô), dotado de espécies endémicas, tanto de fauna como de flora.

Enquanto PEID, STP sofre os efeitos do Síndrome dos Pequenos Estados Insulares, não apenas pela

⁸ É constituído por duas ilhas, São Tomé e Príncipe e um conjunto de Ilhéus, que, na maioria, não são habitados: Rolas, Santana, Cabras, Sete Pedras, Bombom, Carroço, Pedras da Galé, Tinhosas e Mosteiro.

⁹ Na ilha de São Tomé, as elevações mais importantes são os Picos: São Tomé (2.024 m.), Ana Chaves (1.636 m.), Pinheiro (1.613 m.), Calvário (1.600 m.), Lagoa Amélia (1.488 m.) e Cabumbé (1.405 m.). No Príncipe, os Picos: Príncipe (948 m.), Mencorne (935 m.) e Carriote (839 m.).

insularidade, isolamento e dimensão, mas, principalmente, pelo percurso histórico de dominação colonial¹⁰ e independência tardia, bem como pela evolução sociodemográfica¹¹ e pelas características ambientais.

Politicamente, STP pode ser definido como uma jovem democracia, que optou pelo sistema democrático e pela liberalização económica, na década de 90, após 15 anos de monopartidarismo. A situação actual é marcada pela instabilidade governativa, com alternância no poder, evidenciando as elites sinais de conflitualidade, profundamente agravada pela recente negociação da exploração dos recursos petrolíferos.

A população era, em 2001, caracteristicamente jovem (42.1% com idade inferior a 15 anos), concentrando-se em áreas urbanas e periurbanas (54.5%), com destaque para a capital e distritos adjacentes, como resultado de deslocações internas, desencadeando despovoamento e desertificação rural (www.ine.st).

Como já foi referido, o desenvolvimento de STP tem sido condicionado por factores constrangedores, como a insularidade e a dimensão, que se traduzem na fragilidade dos ecossistemas e na vulnerabilidade face a catástrofes naturais; na inexistência de uma base produtiva, sustentada e diversificada, com concentração num reduzido número de bens, agravada pela limitada dimensão do mercado interno; na ausência de um espaço económico regional dinâmico e dependência externa; nos elevados custos de investimentos; na fragilidade da rede de comunicações; e na precariedade da rede de transportes.

STP é considerado um dos países mais pobres do mundo, constituído por uma população que dispõe de um reduzido rendimento *per capita* para fazer face às necessidades, inferior à média do continente africano, sendo de 270 dólares EUA, por referência a 1998 (PNUD, 2001).

Em STP, o sector primário¹² (37.7% da população activa) é predominante, com características tradicionais, e representava, em 2000, 20% da composição do PIB. Destina-se ao consumo local,

revelando-se pouco rentável no contexto internacional, tendo como actividades principais a agricultura, a pecuária e a pesca artesanal. O sector terciário é fortemente marcado pela informalidade, registando-se um aumento de importância, associado aos intensos e contínuos movimentos migratórios, com fixação e concentração urbana (45.8% enquadra-se em actividades do sector terciário).

De uma forma geral, os factores identificados são entendidos como problemas estruturais, indicadores da existência de vulnerabilidades relacionadas com o desenvolvimento económico, ainda que, no que respeita à preservação ambiental, as características de insularidade, dimensão e isolamento resultem positivamente.

O arquipélago caracteriza-se pela diversidade de paisagens, densidade de vegetação, variedade de praias de areia branca, dourada, preta ou de pedra, qualidade das águas, caracteristicamente cristalinas, quentes e ricas em biodiversidade, bem como pelo endemismo de espécies de fauna e de flora, verificando-se uma tendência para a preservação espontânea.

A paisagem florestal é caracterizada pela abundância, densidade e diversificação dos recursos, sendo evidentes os cursos de água, como rios, ribeiros e cascatas, que contribuem para que a vegetação seja perene, não variando ao longo do ano.

¹⁰ A descoberta da ilha de S. Tomé pelos navegadores portugueses, João de Santarém e Pêro de Escobar, não é consensual, sendo referidas as indicações de 21 de Dezembro de 1470 ou de 1471, e, um mês mais tarde, do Príncipe, a 17 de Janeiro, datando a independência política de 12 de Julho de 1975.

¹¹ De acordo com o Recenseamento Geral da População de 2001 (Censos 2001), STP contava com 137.599 habitantes.

¹² A dependência económica do sector primário pode ser explicada pelo percurso histórico, já que, enquanto colónia, foi produtora das monoculturas de açúcar, café e cacau, produtos que adquiriram importância económica crescente, mesmo considerando as fases de recessão e de crise. De forma associada, a ausência da modernização produtiva e de iniciativa empresarial agravaram a dependência externa.

Das diferentes áreas florestais que caracterizam o arquipélago, o Obô é a zona que tem recebido maior atenção, através de tentativas de regulamentação pelo Estado e da intervenção directa de Organizações Não Governamentais (ONGs), por representar um dos pontos de interesse turístico, particularmente para o segmento ecológico, já que é definido como um “laboratório vivo”¹³. O Parque Natural situa-se nas regiões centro e sudoeste das ilhas, sendo mínima a penetração humana, originada pela desertificação demográfica, pela densidade florestal e pela inexistência de meios de ligação.

Dadas as características geográficas e climáticas, a preservação florestal é marcada pela espontaneidade, efectivando-se a renovação de forma natural: os principais rios e cursos de água doce nascem no interior do Obô, circulando em direcção ao litoral, e a acção humana, apesar de existente, é limitada pelas difíceis acessibilidades.

No que respeita às potencialidades balneares, decorrentes da situação de insularidade, pode dizer-se que uma parte da costa santomense é caracterizada pela existência de baías, formando praias desertas ou pouco procuradas, enquadradas por coqueiros e vegetação diversa ou por formações rochosas. O ecossistema marinho é também diversificado, encontrando-se algumas espécies ameaçadas de extinção, nomeadamente a tartaruga marinha, que habita as águas territoriais e que utiliza as praias para a reprodução, desova e nidificação.

¹³ A flora é diversificada: árvores, plantas, frutos tropicais, exóticos e endémicos, destacando-se, quanto à fauna, os mamíferos, répteis e aves.

¹⁴ Existem dois aeroportos, um em São Tomé e outro no Príncipe, tendo apenas o primeiro capacidade para acolher voos internacionais, não permitindo, no entanto, a aterragem de aviões de grande porte. A rede rodoviária é constituída por um total de 221 km, sendo deficitária e insuficiente, não existindo vias alternativas, não sendo possível efectuar a volta à ilha. Por fim, a acessibilidade por via marítima é dificultada pela não existência de um porto de águas profundas.

5. Turismo, um sector potencial, mas marginal

Pelos traços caracterizadores sistematizados, em STP, o turismo apresenta-se como um sector potencial. Contudo, de acordo com o Quadro 1, ao longo do tempo, tem evidenciado um desempenho económico marginal (PNUD, 2001), evidenciado pelo reduzido número de entradas de turistas estrangeiros (7.137, em 2000) e pelo limitado valor de receitas geradas (2 milhões de dólares EUA, em 2000).

No mercado internacional, e em termos comparativos com outras regiões, STP tem sido secundarizado como destino turístico, facto que se deve a um conjunto de factores, sendo a maioria de ordem interna. Em primeiro lugar, a definição de uma estratégia nacional de promoção do sector, coerente e planeada, é recente, pelo que as acções de *marketing* turístico e de divulgação das potencialidades ambientais não se têm revestido de um estatuto de prioridade institucional. Por outro lado, a oferta de produtos e serviços turísticos tem-se revelado limitada, pouco diversificada, sem capacidade concorrencial, associando-se a uma inadequada relação entre a qualidade dos serviços prestados e os preços praticados. Por fim, a inexistência de modernização e de manutenção das infra-estruturas de acolhimento e de ligação¹⁴, resultado da fraca capacidade interna de investimento, que, quando existente, é insuficiente e desadequada, face às necessidades.

Quadro 1 | Evolução das chegadas internacionais de turistas à África Central e a São Tomé e Príncipe, em milhares, e das receitas, em milhões de dólares EUA

	Chegadas			Receitas		
	1990	1995	2000	1990	1995	2000
África Central	351	357	452	98	91	125
STP	4	6	7	2	2	2

Fonte: PNUD/OMT (2001).

O empresariado nacional apresenta fragilidades decorrentes da falta de apoio estatal, principalmente no que concerne à concepção do incentivo ao investimento, e o capital estrangeiro tem-se revelado insuficiente, realizando-se de forma pontual e sectorial, não privilegiando a reabilitação patrimonial e arquitectónica, particularmente vocacionada para as instalações das antigas unidades agrícolas, uma das reconhecidas potencialidades turísticas do arquipélago.

A maioria das iniciativas ligadas ao turismo, como unidades hoteleiras e de restauração, agências e operadores de turismo, é de natureza privada, sendo, em algumas situações, dinamizada por interesses estrangeiros, no que respeita tanto ao investimento como à gestão, resultando de acordos directos com o Estado, que optou pela viabilização de concessões¹⁵, por períodos de tempo negociáveis e previamente definidos.

O desenvolvimento do sector, como área estratégica para a promoção da mudança, a longo prazo, implica a captação de investimentos, criando infra-estruturas de utilidade pública múltipla, ou seja, melhorando as condições de vida das populações locais, o alargamento e a melhoria da capacidade de acolhimento turístico, diversificando os serviços. Face às dificuldades, e perante o reconhecimento das potencialidades turísticas, o Estado manifestou, após 2000, a intenção de dar continuidade à estratégia de implementação do turismo, materializada na aprovação do “Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo na República Democrática de São Tomé e Príncipe”, classificando-o como sector prioritário.

Em STP, o turismo é coordenado e fiscalizado pela Direcção de Turismo e Hotelaria (DTH), dependendo do Ministério do Comércio, Indústria e Turismo e tendo atribuições sectoriais específicas (PNUD, 2001: 34): a aplicação regulamentar, a classificação hoteleira, a negociação de concessões e a atribuição de licenças de exploração, a planificação, a emissão de pareceres sobre projectos, a criação de organismos locais, a promoção turística e a representação internacional.

Oficialmente, a opção estratégica recaiu no segmento ecológico, privilegiando-se o meio rural, integrando diferentes actividades, através da prossecução de projectos agroturísticos associados a programas de contacto com a natureza, entendida como elemento catalizador de interesses e promotor de mudanças de longo prazo, no sentido do desenvolvimento sustentável (Brito, 2004).

Durante o período em que a investigação teve lugar, o sector encontrava-se em processo de sedimentação, evidenciando-se a necessidade de adoptar um conjunto de medidas integradas, ao nível regulamentar, económico, social e cultural, recorrendo à acção conjugada dos diferentes actores envolvidos.

Os meios florestal, costeiro e marinho favorecem o desenvolvimento de um conjunto alargado de actividades recreativas, em período de lazer ou férias, com um sentido pedagógico e experimental, de contacto com a natureza, tal como a observação. Face às potencialidades identificadas, as actividades enquadradas pelo segmento rural, de natureza ecológico, caracteristicamente alternativo e responsável, são propícias, começando a ter expressão.

A vertente educativa inerente à prática ecoturística, em particular em espaço rural, permite, ao turista, aumentar os conhecimentos acerca das espécies e suas potencialidades e valorizar as práticas e a cultura tradicional. De forma complementar, é promovida a observação de espécies em habitat natural, nomeadamente pássaros, répteis, anfíbios e símios, podendo associar-se, pela proximidade em relação à costa, a observação da nidificação de tartarugas marinhas, os golfinhos e as baleias.

As potencialidades turísticas radicam também no factor humano, já que as actividades são desenvolvidas em contexto comunitário. Os contactos com

¹⁵ Durante o período da concessão, as melhorias efectivadas revertem a favor do Estado, sem compensações para o investidor, estando, ainda, prevista a retribuição de uma quantia anual ao Estado, enquadrada pelo Código de Investimento. Os investidores beneficiam apenas de reduções ou isenções fiscais, por períodos variáveis.

as populações locais são incentivados por permitirem a troca de experiências e a partilha de conhecimentos. O visitante procura o contacto directo com as comunidades, através de conversas e histórias contadas, apreendendo os traços culturais, enquanto que as comunidades, apesar de evidenciarem curiosidade relativamente aos modos de vida dos visitantes, encaram as visitas como um meio de rentabilizar os recursos e de otimizar as oportunidades.

6. Turismo Rural em Roças

Após 2000, o Turismo em Espaço Rural adquiriu importância em STP, já que, do ponto de vista institucional, a opção recaiu na valorização das antigas unidades de exploração agrícola, as Roças, como meio de promover a ruralidade. Na base desta opção estão duas ideias fundamentais, que apresentam consenso: trata-se de espaços dotados de elementos arquitectónicos de interesse turístico, que caracterizam a História nacional, fazendo parte do património cultural do país; no seu interior, habitam comunidades, de dimensões variáveis, que dão continuidade às tradições e efectivam a produção local.

A estratégia nacional de promoção do ecoturismo passa pela reabilitação das infra-estruturas rurais das antigas roças coloniais, a “Casa Grande”, e eventuais anexos. O turismo foi considerado pelos representantes do Estado como um meio de valorizar as populações, requerendo mão-de-obra diversificada e qualificada, com formação específica, sendo gerador de emprego directo e indirecto, através da criação de novos postos de trabalho e da reconversão profissional, e permitindo melhorar as condições de vida das famílias, através do aumento do rendimento familiar.

A envolvência das Roças caracteriza-se por uma diversidade ambiental, dotada de recursos propícios ao desenvolvimento de actividades que valorizam o

contacto com a natureza, como o *trekking* ou actividades pedestres em percursos florestais, e a observação de espécies, nomeadamente endémicas, em particular de pássaros, o *birdwatching*.

O Turismo em Roça encontra-se em fase de implementação, existindo experiências localizadas, em zonas diferenciadas da ilha de São Tomé, que se auto denominam de “projectos agroturísticos integrados”. As iniciativas estudadas (Figura 1) foram S. João, Bombaim, Monte Forte, Chamiço e Colónia Açoreana, apresentando traços e resultados particulares, dependendo da história de vida dos projectos, da dedicação dos promotores, das comunidades residentes na envolvência, entre outros aspectos.

Nos projectos estudados, procurou analisar-se a ligação entre a prática turística e a preservação ambiental com protecção de espécies, mediante a adopção de comportamentos responsáveis pelos diferentes actores envolvidos: promotores, agentes turísticos, grupos socioprofissionais, comunidades locais e visitantes.

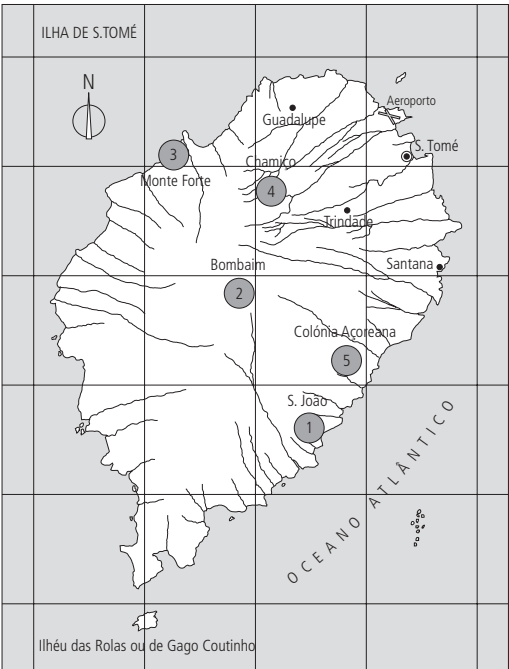


Figura 1 | Identificação das iniciativas de turismo ecológico rurais na Ilha de S. Tomé.

Da análise, foi possível identificar alguns traços comuns, podendo evidenciar-se: a opção pelo envolvimento comunitário no quotidiano do projecto e no seu desenvolvimento; a promoção da melhoria das condições de vida das comunidades locais, criando emprego, incentivando a continuidade da produção agrícola direccionada para o consumo turístico e a estabilização do rendimento familiar; o aumento das qualificações profissionais, através de acções formativas internas; a possibilidade de contactar com os visitantes; e a realização de sessões de sensibilização para os problemas ambientais, procurando captar a colaboração na limpeza e manutenção de trilhos e caminhos rurais de acesso. Os promotores de todos os projectos analisados revelaram preocupações com a preservação ambiental, realizando sessões de sensibilização com os representantes das comunidades residentes e reuniões temáticas de esclarecimento com grupos comunitários (Quadro 2).

Apesar dos aspectos identificados como comuns, os projectos diferenciam-se em função dos casos, estando dependentes do tempo de vida da iniciativa e

do historial do seu funcionamento; do investimento pessoal dos promotores e do seu envolvimento na dinamização das actividades; da história familiar dos promotores; do tipo de relações estabelecidas com o espaço e com os grupos comunitários; do sentimento de pertença das comunidades; da participação comunitária na prossecução das tarefas; da capacidade dos promotores em solicitarem apoio e na receptividade de acolherem sugestões; dos resultados obtidos em relação ao número de clientes e de visitas mensais; das características e da diversidade dos produtos oferecidos; e dos resultados económicos e dos benefícios gerados (Quadro 3).

A Roça S. João é um projecto integrado, que associa os sectores agropecuário e turístico, tendo sido definido pelos promotores como um projecto de vida, já que o prazer retirado das actividades é de tal forma evidente que permite distingui-lo dos restantes pela criatividade e pelo espírito inovador, resultando na conjugação singular de elementos tradicionais com modernos, presentes na decoração, nas actividades promovidas e nos contactos entre promotores, comunidades e visitantes.

Quadro 2 | Identificação de elementos comuns a todas as iniciativas analisadas

Projecto	Tipo de Turismo	Serviços	Comunidades	Ambiente	Mudanças
– Roça/Rural; – Microprojecto e Pequena dimensão; – Projecto integrado; – Agroturismo; – Familiar; – Reabilitação patrimonial; – Utilização de materiais locais; – Preservação do traçado original; – Integração arquitectónica e ambiental; – Integração comunitária; – Preocupação ambiental (utilitarista).	– Lazer; – Natureza; – Rural; – Cultural; – Percursos pedestres; – Observação; – Descanso; – Contacto com comunidades e ambiente; – Turista explorador, natureza, experimental, viagem em pequenos grupos; – Contactos directos.	– Percursos; – Visitas guiadas; – Alojamento; – Restauração.	– Residentes; – Condições de vida precárias; – Actividade principal: sector primário; – Produção irregular; – Consumo directo e venda de excedentes; – Práticas culturais tradicionais; – Auto-emprego.	– Densidade florestal; – Ruralidade; – Abundância e diversidade de flora; – Biodiversidade de fauna; – Endemismo.	– Emprego directo e indirecto; – Polivalência funcional; – Formação; – Dinamização de actividades tradicionais; – Continuidade produtiva; – Estabilização do rendimento.

Fonte: Adaptado de Brito (2004).

Quadro 3 | Identificação de elementos diferenciadores, Roça a Roça

Roça	Projecto	Serviços	Comunidades	Ambiente	Mudanças
S. João	– Promotores: forte envolvimento; – Projecto de vida; – Início: 1993.	– Venda de artesanato, produtos locais (café); – Animação (Bulauê); – Produção, exposição e venda de arte (Centro de Artes).	– Redes de relações e cumplicidade; – Projecto comum; – Parceria; – Responsabilização e envolvimento comunitário.	– Floresta (Obô); – Proximidade costeira e balnear; – Biodiversidade; – Equidistância capital, sul; – Reutilização de recursos.	– Ensino formal e não formal; – Ocupação de tempos livres para crianças e jovens; – Reconversão profissional e ocupação dos mais velhos; – Criação de uma rede produtiva local; – Resultados visíveis e sedimentados.
Bombaim	– Início: 1993; – Isolamento geográfico.	– Venda de fruta (mangustão).	– Isolamento comunitário; – Mútuo apoio promotor-comunidade.	– Floresta (Obô); – Densidade florestal; – Cobra preta.	– Melhoria das acessibilidades; – Redução do isolamento; – Resultados visíveis.
Monte Forte	– Início: 2003.	– Visita aos armazéns; – Produção óleo palma; – Percursos pedestres com guias locais.	– Actividades culturais espontâneas.	– Floresta; – Costa norte; – Cobra preta; – Macaco.	– Diversificação de postos de trabalho; – Resultados visíveis.
Chamiço	– Início faseado: 1996 e 2003; – Processo lento.	– Organização de refeições para eventos.	– Relações variáveis com promotor; – Sensibilização sem parceria.	– Floresta; – Cobra preta.	– Ligações entre comunidades melhoradas; – Acessibilidades; – Resultados frágeis e iniciais.
C. Açoreana	– Início: 2003; – Posterior paragem na actividade.	– Visita ao Museu e Casa Grande		– Proximidade costeira e balnear.	– Criação de emprego; – Resultados frágeis.

Fonte: Adaptado de Brito (2004).

A “Casa Grande” sofreu os efeitos da degradação e, em 1993, os actuais promotores deram início ao processo de reabilitação dos edifícios principais, acção que tem sido prosseguida de forma lenta e em função da disponibilidade financeira.

As comunidades locais, S. João e Angolares, caracterizam-se pela antiguidade e forte ligação identitária ao meio, dedicando-se, tradicionalmente, às actividades do sector primário, agricultura, criação de gado e pesca, como meio de subsistência, comercializando os excedentes. As condições de vida revelaram-se precárias: casas degradadas, aproveitamento da antiga senzala para habitação, famílias numerosas a coabitar no mesmo espaço e ausência de saneamento, salubridade e iluminação.

Os contactos entre promotores, comunidades e turistas têm sido entendidos como a base da estratégia turística, incentivando-se o envolvimento e a participação comunitária, partilhando objectivos, tarefas e benefícios, rentabilizando-se recursos e valorizando-se os saberes-fazer técnicos, profissionais e criativos.

Uma das preocupações evidenciadas respeita à optimização das infra-estruturas, melhorando as condições de vida e promovendo a evolução das mentalidades. O projecto permitiu criar postos de trabalho directos e permanentes, com polivalência funcional, recorrendo a mão-de-obra contratada, em regime de prestação de serviços, em função das necessidades. Um dos aspectos inovadores do

projecto, que o particularizam relativamente aos restantes, é a reconversão profissional da população inactiva por idade, considerando-se que, pelos conhecimentos adquiridos e experiência de vida, representa uma mais valia.

A actividade turística tem evidenciado resultados positivos, traduzidos numa taxa de ocupação regular, sendo os principais serviços turísticos prestados, o alojamento, a restauração, a venda do artesanato produzido no Centro de Artes por artesãos locais, e a animação ao vivo, com o Grupo local de Bulaué.

Os serviços oferecidos enquadram-se nas categorias de lazer, natureza, rural e cultural, dado que as motivações do visitante respeitam à possibilidade de contactar com a natureza, a contemplação, a observação e o contacto com comunidades. A prática do ecoturismo tem sido privilegiada, dadas as características ambientais da envolvente, já que se situa num ponto alto, beneficiando de uma vista panorâmica para mar e floresta, na proximidade de uma das praias mais apreciadas pelos turistas, Micondó. O turista-tipo pode ser classificado como explorador, amante da natureza e experimental, viajando em pequenos grupos, efectuando directamente os contactos com os promotores ou recorrendo a agências de turismo locais, reunindo as principais características do viajante responsável.

As relações promotores-populações têm sido permanentes e definidas como “teias de relações e de cumplicidades”, dado que o conhecimento entre os dois actores é ancestral, decorrendo de uma história comum.

Uma das preocupações evidenciadas pelos promotores assenta na sensibilização das comunidades para os problemas ambientais, como o aproveitamento racional de recursos, verificando-se uma responsabilização das famílias com um sentido de sustentabilidade. As comunidades beneficiam com a criação de postos de trabalho, alternativos e complementares às funções tradicionais: prestação de serviços, contacto com turistas, reconversão funcional, valorização dos contadores de histórias e

recuperação de tradições culturais gastronómicas e musicais, verificando-se, ainda, o incentivo à criação de uma rede produtiva endógena, desencadeando a continuidade e a regularidade produtivas.

Resultante das características do projecto, a auto-estima comunitária tem sido reforçada pelo incentivo à fixação das populações, viabilizando o aumento das qualificações académicas e funcionais, formais e informais, valorizando-se a produção artística, sobretudo para a população mais jovem.

A actual Roça Bombaim é também um projecto integrado que associa diferentes actividades produtivas, agropecuárias e turísticas, já que, tradicionalmente, predominou a agricultura de exportação de cacau e café, adquirindo auto-suficiência, tanto em termos agrícolas como pecuários.

As comunidades residentes, Bombaim e Santa Adelaide, têm estado dedicadas às actividades do sector primário, privilegiando a produção para subsistência, dadas as difíceis condições de acessibilidade e de comunicação, que dificultam as trocas comerciais. As condições de vida são precárias: casas degradadas, inadequada relação entre habitantes e espaço, agregados familiares alargados, ausência de saneamento, salubridade, iluminação, água potável e corrente e inexistência de casas de banho.

A reabilitação patrimonial revelou-se a principal preocupação com o duplo objectivo da rentabilização e da recuperação da história da antiga unidade. A recuperação da “Casa Grande” teve início em 1993, procurando aplicar-se materiais locais, madeira e bambu, como forma de preservar o traçado original e o ambiente marcado pela ruralidade, e tentando rentabilizar-se infra-estruturas, no sentido da melhoria das condições de vida da população local e da modernização das mentalidades.

As principais categorias turísticas são de lazer, natureza, rural e cultural, incidindo as motivações do turista na possibilidade de efectuar percursos pedestres, observar a natureza, descansar, contactar

com as comunidades locais e com a cultura autóctone. O turista-tipo é explorador, amante da natureza e experimental, viajando em pequenos grupos e efectuando contactos directos com os promotores. A prática ecoturística tem sido favorecida pelas características ambientais de ruralidade, dado que a roça se situa num vale, no interior da ilha, estando rodeada por densa vegetação florestal, onde habitam espécies endémicas. Atendendo ao isolamento decorrente dos difíceis acessos, as comunidades regem-se por modelos culturais tradicionais e os traços arquitectónicos evidenciam a História e o passado que os promotores procuram recriar e reconstituir.

Os contactos promotores-populações são marcados pela continuidade, definidos como recíprocos e de colaboração mútua. As preocupações com os problemas ambientais são uma das características do projecto, face ao agravamento resultante da excessiva utilização de recursos e consumo de espécies, sendo promovida a realização de reuniões periódicas de sensibilização com os líderes.

Enquanto projecto turístico integrado, a Roça Monte Forte é recente, tendo a actividade iniciado apenas em 2003, entendendo o promotor a iniciativa como um projecto pessoal, resultando da ligação familiar ao espaço, pelo que a recuperação arquitectónica da “Casa Grande” para fins turísticos foi uma das prioridades iniciais. Dadas as principais características de antiguidade das populações residentes, Generosa, Neves, Ribeira Palma e Monte Forte, têm sido desenvolvidas actividades ligadas ao sector primário, café e óleo de palma, para autoconsumo, com comercialização de excedentes.

As comunidades vivem em situação de precariedade: casas degradadas; elevado número de habitantes por metro quadrado e ausência de requisitos mínimos de saneamento, salubridade e iluminação.

O promotor procurou incentivar a regularidade produtiva, principalmente no que respeita ao sector primário, com valorização do auto-emprego, criando postos de trabalho directos e permanentes, de

natureza familiar e com polivalência funcional. Os serviços turísticos directos prestados são: alojamento, restauração, visitas guiadas às instalações, com explicações sobre os recursos e o historial da unidade e realização de percursos pedestres pelos antigos trilhos. As actividades culturais são promovidas de forma espontânea, não evidenciando contratualização, nomeadamente no que respeita à actuação musical, estando presentes a naturalidade e o improviso.

Apesar da actividade se encontrar em fase de implementação, as categorias turísticas identificadas são as que relacionam o ambiente, a contemplação e a observação das paisagens e a realização de percursos pedestres com o contacto com comunidades locais. O turista-tipo é o amante da natureza, que viaja em pequenos grupos ou apoiado por agências de viagens locais, sendo valorizada a prática do turismo ecológico, face às características do meio envolvente.

No que respeita às preocupações ambientais, o promotor realiza acções de sensibilização pontuais, com o objectivo de limpar trilhos florestais e praias e conservar espécies animais.

As relações promotores-comunidades foram classificadas como cooperantes e de apoio, sendo o projecto entendido como comum, não se distinguindo objectivos, desempenho funcional e benefícios, que, para as comunidades locais, resultam na criação de emprego directo; na dinamização das actividades tradicionais, agrícolas, de transformação artesanal e de comercialização; na diversificação de postos de trabalho e funções relacionadas; na introdução de melhorias nas condições de vida das populações; e na melhoria do rendimento das famílias.

A Roça Chamiço é uma iniciativa agroturística integrada, que associa diferentes actividades produtivas, o turismo e a agricultura, visto que as comunidades residentes, Poiso Alto, Boa Esperança, Água Coimbra e Caldeiras, têm tradição na produção de café. As condições de vida das famílias são deficitárias.

O objectivo principal do projecto foi a reabilitação da “Casa Grande”, que teve início em 1996, e das dependências, apenas iniciada em 2003, revelando-se ser um processo lento e condicionado por factores vários.

As principais categorias turísticas são de lazer, natureza, rural e cultural, sendo o turista motivado pelo ambiente tranquilo, propício à observação e à contemplação, possibilitando a realização de percursos pedestres. O turista-tipo é explorador, amante da natureza, viajando em pequenos grupos e estabelecendo directamente os contactos com os promotores.

O incremento de actividades ecoturísticas tem sido favorecido pelas características ambientais do meio: é uma roça que se situa numa região florestal, rodeada de densa vegetação, dotada de espécies endémicas, privilegiando-se os percursos pedestres de reconhecimento e de contacto com a natureza; coabitam diferentes comunidades locais caracterizadas por padrões culturais tradicionais.

Como forma de sensibilizar as populações para os principais problemas ambientais sentidos, foram realizadas reuniões com representantes comunitários, com o objectivo da preservação ambiental, florestal, da capinagem e limpeza dos caminhos florestais e da protecção de espécies animais.

A Roça Colónia Açoreana é uma empresa agroturística que procura conjugar diferentes actividades produtivas, entendidas como complementares, dando continuidade ao sector produtivo tradicional, a agricultura. As comunidades residentes, Colónia e Santa Cecília, dedicam-se ao sector primário, privilegiando o consumo familiar e a venda de excedentes. As condições de vida revelaram-se precárias, tal como sucedeu nos casos anteriores, com a particularidade de apresentarem cuidado exterior e problemas interiores.

A preocupação inicial foi a rentabilização dos recursos disponíveis, pelo que, em 1995, se procedeu à reabilitação das antigas instalações de apoio à “Casa Grande”, recorrendo a materiais locais, de forma a preservar o traçado original e o ambiente.

Após a conclusão da reabilitação das casas, em 2003, uma das prioridades passou a ser a dinamização turística, sendo os serviços prestados o alojamento e a restauração, privilegiando-se as visitas guiadas ao museu e a venda de produtos típicos, localmente transformados através de técnicas artesanais.

Apesar da exploração estar ainda no início, as principais categorias turísticas são de lazer, natureza, rural e cultural, relacionando-se as motivações dos visitantes com a história da roça e com o contacto com as comunidades. O turismo ecológico tem sido favorecido pelas características ambientais do meio: a possibilidade de desenvolver a prática balnear, pela proximidade de praias, e as características do meio florestal. O turista-tipo é o amante da natureza, viajando em pequenos grupos e visitando, informalmente, a roça.

Os contactos promotores-comunidades são permanentes e fundamentados em princípios de reciprocidade e colaboração, sendo valorizadas as sugestões e incentivada a troca de ideias, reconhecendo-se que os benefícios são múltiplos e duradouros. O principal benefício para as comunidades relaciona-se com a criação de emprego e a consequente possibilidade de aumentar os rendimentos familiares, associando a disponibilidade financeira à melhoria das condições de vida.

7. Aspectos conclusivos

Em STP, o turismo encontra-se em fase de implementação, evidenciando uma tendência para a diversificação da oferta, destacando-se a importância do segmento rural, promotor de preservação ambiental, de protecção de espécies e de valorização cultural.

Os casos de turismo ecológico apresentados são denominados como microprojectos de âmbito local, dada a reduzida dimensão que os caracteriza, a baixa densidade, o atendimento personalizado,

a gestão e a produção de efeitos localizados. Estes projectos procuram evidenciar as potencialidades naturais, contribuir para a preservação das zonas florestais e costeiras, proteger espécies e incentivar as relações entre os diferentes actores.

Apesar de apresentarem traços específicos, diferenciando-se pelo historial do projecto, pela metodologia adoptada e pelos resultados obtidos, as iniciativas analisadas são entendidas como promotoras de desenvolvimento alternativo, incentivando a integração comunitária e a participação das populações locais nas diferentes actividades, atendendo ao objectivo da sustentabilidade. A participação e o envolvimento comunitários são particularmente estimulados pelos promotores dos projectos e bem recebidos por parte das populações locais, traduzindo-se na realização de reuniões com representantes comunitários, de sessões pontuais ou, por solicitação, de colaboração no desenvolvimento de tarefas específicas.

Dos casos analisados, o mais bem sucedido é o pioneiro, a Roça de S. João, resultando do envolvimento, dedicação e entendimento, a longo prazo, por parte dos promotores. Esta iniciativa apresenta resultados efectivos de preservação ambiental, criatividade dos promotores, especificidade dos mecanismos participativos e promoção do envolvimento comunitário, reforçando a auto-estima e aprofundando o sentimento identitário, viabilizado pela fixação territorial das populações. Esta é a experiência que melhor ilustra a atenção com a qualificação funcional e com a criação de emprego, a partir da diversificação e da reconversão profissional, reduzindo assim os efeitos da exclusão social. É também o caso que melhor exemplifica a sustentabilidade, por ser um projecto perspectivado a longo prazo, no que respeita à reabilitação arquitectónica, reorganização produtiva e criação artística.

De uma forma geral, e em jeito de conclusão, pode dizer-se que as acções de sensibilização e as reuniões formativas têm procurado responder aos principais problemas sentidos no quotidiano, assumindo uma função preventiva e funcionando,

localmente, como metodologia “correctiva” dos desequilíbrios existentes. Estas iniciativas viabilizam um intercâmbio cultural diversificado, entre diferentes actores, permitindo a apresentação e a divulgação de traços culturais tradicionais e a aprendizagem mútua, proporcionada pelos contactos interculturais.

Bibliografia

- Amaro, R., 1999, *Análise das necessidades e das potencialidades da Freguesia de Santa Marinha (Concelho de Vila Nova de Gaia) numa perspectiva de criação de emprego e de desenvolvimento local*, PROACT e S.A.E./ISCTE, Lisboa.
- Amaro, R., 2003, Desenvolvimento, um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria, *Cadernos de Estudos Africanos*, n.º 4, Janeiro, pp. 35-70.
- Baptista, M., 1990, *O turismo na economia: uma abordagem técnica, económica, social e cultural*, Instituto Nacional de Formação Turística, Lisboa.
- Bell, J., 1997, *Como realizar um projecto de investigação*, Gradiva, Lisboa.
- Brito, 2000a, *O turista e o viajante: contributos para a conceptualização do Turismo Alternativo e Responsável*, [http://www.aps.pt/ivcong-actas/Acta118.pdf], (Site accessed 10 May 2004).
- Brito, 2000b, Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento in Sangreman, C. (eds) *A Cooperação Portuguesa de Segunda Geração, Programa Indicativo de Cooperação, S. Tomé e Príncipe, 2002-2004, Estudos Preparatórios: Luta contra a Pobreza*, Instituto da Cooperação Portuguesa, Lisboa.
- Brito, B., 2000a, O Turista e o Viajante: Contributos para a Conceptualização do Turismo Alternativo e Responsável, *Actas*, IV Congresso Português de Sociologia, Coimbra, Acta 118.
- Brito, B., 2003, S. Tomé e Príncipe, um Pequeno Estado Insular em contacto com o Mundo, *Janus2004, Anuário de Relações Exteriores*, pp. 96-7.
- Brito, B., 2004, *Turismo Ecológico: uma via para o Desenvolvimento Sustentável em S. Tomé e Príncipe*, PhD thesis, ISCTE, Lisboa, Portugal.
- Brito, B., 2002, Do Lazer à Prática Turística: Contributos para Análise in *Anais de Sociologia*, Série III, Universidade Autónoma de Lisboa, pp. 177-193.
- Cater, E. and Lowman, G., 1994, *Ecotourism. A sustainable option?*, John Wiley and Sons, Chichester.
- Chaves, M. C., 1994, A dimensão ecológica do desenvolvimento. Elementos de reflexão sobre o conceito de ecodesenvolvimento, *Cadernos de Ciências Sociais*, n.º 14, Janeiro.
- Comissão Mundial do Ambiente e do Desenvolvimento, 1987, *O Nosso Futuro Comum*, Liber, Lisboa.
- Cunha, L., 1997, *Economia e Política do Turismo*, McGraw-Hill, Lousã.
- Davis, 1999, *What is sustainable development?*, [http://www.menominee.edu/sdi/whatis.htm], (Site accessed 21 March 2003).

- DHF, Dag Hamarsköld Foundation, 1982, *What Now? Another Development*. The 1975 Dag Hamarsköld Report on Development and International Cooperation, Motala Gafiska, Sweden.
- Dieren, W., 1995, *Taking nature into account. A report to the Club of Rome*, Verlag, New York.
- Fortuna, C. et Ferreira, C., 1996, O Turismo, o turista e a Pós-Modernidade, *Oficina do CES*, n.º 80, Outubro.
- Friedmann, J., 1992, *Empowerment, the politics of alternative development*, Blackwell, Cambridge.
- García, J., 1997, *Psicosociología del Ocio y del Turismo*, Ed Aljibe, Málaga.
- Harris, J., 2001, *A survey of sustainable development. Social and economic dimensions*, Island Press, Washington.
- Instituto Nacional de Estatística da República Democrática de São Tomé e Príncipe, [http://www.ine.st], (Site accessed 3 January 2004).
- Joaquim, G., 1994, *Turismo e Ambiente: complementaridade e responsabilidade. Contribuição para uma abordagem sociológica do fenómeno turístico*, Master thesis, ISCTE, Lisboa, Portugal.
- Joaquim, G., 1997, Da Identidade à Sustentabilidade ou a Emergência do «Turismo Responsável», *Sociologia Problemas e Práticas*, n.º 23.
- Korten, 1992, People-centered development: alternative for a world in crisis in Bauzon, K. (eds) *Development and democratization in the third world: myths, hopes and realities*, Crane Russak, New York.
- Lanfant, M. F., 1991, Tourisme Internationale Reconsiderée: Milieu exclu, tiers exclu? Le principe de l'alternative, *Les cahiers du tourisme*, n.º 165, série C.
- Lanfant, M. F., 1995, *International Tourism, identity and change*, Sage Publications, Surrey.
- Lanquar, R., 1985, *Sociologie du tourisme et des voyages*, PUF, Paris.
- McCannel, D., 1973, Staged authenticity: arrangements of social space in Tourist Settings, *American Journal of Sociology*, 79.
- McCannel, D., 1989, *The tourist. A new theory of the leisure class*, Schocken Books, New York.
- Moreno, L., 2002, *Desenvolvimento local em meio rural, caminhos e caminantes*, PhD thesis, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Lisboa, Portugal.
- OMT, 1999, *Guía para Administraciones Locales: Desarrollo Turístico Sostenible*, Organización Mundial del Turismo, Madrid.
- Pearce, D., 1993, *Géographie du tourisme*, Éditions Nathan, Paris.
- PNUD, 1998, *Relatório do Desenvolvimento Humano São Tomé e Príncipe 1998*, Egia, San Sebastian.
- PNUD/OMT, 2001, *Plan stratégique pour le développement du tourisme, République Démocratique de São Tomé e Príncipe*, Madrid.
- Ruschmann, D., 1997, *Turismo e planeamento sustentável*, Papirus, S. Paulo.
- Sachs, I., 1986, *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*, Vértice, S. Paulo.
- Silva, M., 1999, Novas desigualdades, novas solidariedades e a reforma do Estado – uma breve reflexão, Colóquio Comemorativo dos 20 anos da Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra.
- Syrett, S., 1995, *Local development*, Ashgate Publishing Company, Avebury.
- Valls, J., 1996, *Las Claves del Mercado Turístico, Como competir en el nuevo entorno*, Deusto, Bilbao.
- Vieira, J. M., 1997, *A Economia do Turismo em Portugal*, Dom Quixote, Lisboa.